

OLIVEIROS S. FERREIRA

Titulados e aulas de graduação

O deputado Delfim Netto lembrou, esta semana, o professor de Economia Política que tivemos em comum — ele na FEA, que iniciava seus passos na rua Dr. Vila Nova, eu, na Filosofia, ainda na Maria Antônia. A citação e a lembrança vêm a propósito de coisas inteiramente diferentes, embora haja quem as possa julgar semelhantes. Delfim lembrava-se de Paul Hugon porque o mestre, dando suas aulas em francês, fazia questão de dar aos alunos uma visão da economia em que as instituições políticas eram importantes. E concluía sua saudosa memória — que no fundo tinha, como sempre têm seus escritos, uma forte dose de ironia — que estavam inventando coisas que eram velhas demais.

A minha citação de Delfim e a lembrança do professor Hugon não é por problemas metodológicos ou de filosofia da ciência; é simplesmente porque o artigo me trouxe à lembrança o fato muito singular de que, nos anos 50, professores como Hugon, os dois Bastide (Roger e Paul-Arbousse), Lourival, Willems e tantos outros davam aulas aos alunos do primeiro ano e os acompanhavam em seus estudos mais tarde. Isso para não falar em mestre Fernando de Azevedo, timbrando sempre em marcar corretamente a distinção entre Comte e Kant.

Traduzindo para os que não conseguem entender a mensagem, os professores catedráticos, como Fernando de Azevedo, ou respondendo pela cátedra, como os demais, davam aulas nos cursos de graduação e julgavam essa a sua missão — para não dizer obrigação. Os seus assistentes, a mesma coisa. Quantas fichas de leitura Antônio Cândido e Florestan Fernandes corrigiam de alunos de primeiro ano? Quantos seminários não presidiam, já no terceiro ano?

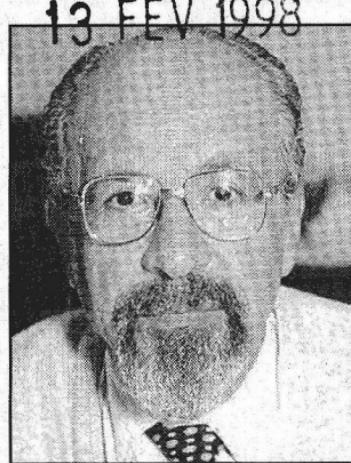
Alguma coisa aconteceu depois da crise fatal que conduziu a Filosofia para a Cidade Universitária. Primeiro, os alunos aumentaram de número. Quem não se recorda das batalhas dos excedentes? Depois, porque havia excedentes, as classes que eram pequenas passa-

ram a ser enormes. Lembro-me, de minha experiência, que cheguei a dar aula na graduação para mais de 80 alunos — que, honestamente, nunca soube o que foram fazer em Ciências Sociais, a não ser aumentar um pouco a sua cultura. Aumentando o número de alunos, houve necessidade de aumentar o número de professores — coisa que, hoje, já vencida a fase romântica de jovem socialista igualitário, me parece relação talvez não necessária. Raciocínio, sem dúvida, inspirado no supletivo de administração que fui forçado a fazer, dia-a-dia, na minha vivência de jornalista. O fato é que Parkinson, que formulou suas famosas leis sobre a burocracia, teria coisas a dizer a respeito de como, aumentando o número de professores, os mais titulados passaram a julgar que as tarefas pesadas — e a graduação é, por definição, tarefa pesada — deveriam ficar a cargo dos professores menos titulados. Depois, ou concomitantemente, decidiu-se nas altas esferas que o professor, qualquer que fosse seu regime de trabalho, deveria dar 6 (meia dúzia) horas de aula por semana. Lembrando meu passado de agitador sindical — sempre fora do sistema, para meu azar — acrescentaria a essas seis, mais 10 para preparar as aulas e algumas mais para planejar como dar o curso e corrigir as provas. Mas eram, por decisão buro-

crática, seis horas semanais de aulas. Como diria Parkinson, ministradas na graduação pelos menos titulados. Recentemente, houve reitor na USP que quis instituir programa de incentivo a que os mais titulados dessem aulas na graduação, partindo do pressuposto de que sua sabedoria é maior do que a dos menos titulados e de que os jovens alunos devem ser estimulados a pensar com base na sabedoria dos velhos, assistidos pelos jo-

vens.

Agora, para surpresa de muitos, o governo federal decidiu criar um programa para incentivar os professores mais titulados a dar aula na graduação. Vivos fossem os catedráticos de meu tempo, gostaria de saber que pensam disso.



■ Oliveiros S. Ferreira é jornalista

Nos velhos tempos, os catedráticos davam aula nos cursos de graduação